

Geru Securitizadora  
de Créditos  
Financeiros S.A.

**Demonstrações financeiras em 31  
de dezembro de 2018**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>6</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>13</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>14</b>



## GERU SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

### Relatório da Administração

São Paulo, 29 de março de 2019

Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a Administração da Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”) tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Colocamo-nos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

#### 1. Contexto organizacional

A Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. é uma companhia securitizadora de créditos financeiros, constituída nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada (“Resolução CMN 2.686/00”), com o objetivo exclusivo de aquisição de créditos oriundos de operações financeiras para posterior securitização destes créditos por meio da emissão de debêntures não conversíveis para distribuição pública ou privada nos mercados financeiro e de capitais do Brasil. Em 17 de setembro de 2018 foi deferido o registro de emissor de que trata a Instrução CVM nº 480/09, na categoria B.

A Companhia tem por objeto social: (a) a aquisição e securitização de créditos financeiros; (b) a emissão e colocação, privada ou nos mercados financeiro e de capitais, de títulos de crédito e/ou valores mobiliários compatíveis com suas atividades; e (c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos financeiros e emissões de títulos lastreados em tais créditos.

A Companhia não possui sociedades controladas. Desde a sua constituição até a data do presente período, toda a receita auferida pela Companhia foi proveniente de operações realizadas no Brasil, não havendo dependência de mercados estrangeiros.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social é composto por 300.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal no montante de R\$ 300 mil (300.000 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2017). A controladora integral da Companhia é a Geru Holding Limited, sediada em Londres, Reino Unido.

#### Operações

A Companhia atua na aquisição de direitos creditórios originados por meio da plataforma eletrônica da Geru Tecnologia e Serviços S.A. (“Geru Tecnologia” ou “Plataforma”), parte relacionada, e realiza tal aquisição com recursos captados por meio de emissão de debêntures. O valor integralizado por investidores é aplicado pela Companhia na compra dos direitos creditórios (cédulas de crédito bancário) por meio de endosso formalizado entre a Companhia e as instituições financeiras parceiras, que concedem as operações de crédito originadas pela Plataforma. As cédulas de crédito bancário emitidas pelos tomadores, além de servirem de lastro para as emissões de debêntures da Companhia, também são dadas em garantia a todos investidores da emissão vinculada aos seus créditos, através de contratos de cessão fiduciária.

Os contratos de prestação de serviços relativos à originação, avaliação, cobrança e renegociação dos créditos representados pela Cédulas de Crédito Bancário (CCB) são executados pela Geru Tecnologia.

Todas as operações de aquisição de créditos realizadas pela Companhia são amparadas pelo Banco Central do Brasil, que regula a cessão de créditos financeiros por meio de resoluções, dentre as quais se destacam a Resolução CMN 2.686/00 e a Resolução CMN nº 2.836, de 30 de maio de 2001, conforme alterada.

## 2. Resultados

Desde sua constituição, em 7 de julho 2015, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou 7 emissões de debêntures no montante total de R\$ 728.990 mil e com os recursos recebidos das CCBs, pagou aos debenturistas R\$ 267.033 mil durante o mesmo período.

As debêntures asseguraram aos debenturistas, prêmios de reembolso e juros remuneratórios condicionados à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.

	<b>Vencimento</b>	<b>Integralizações</b>	<b>Em R\$ mil</b> <b>Repagamentos</b>
Debêntures - 1ª Emissão	07/07/2019	16.017	(15.961)
Debêntures - 2ª Emissão	07/12/2019	17.443	(18.501)
Debêntures - 3ª Emissão	04/07/2020	30.121	(28.937)
Debêntures - 4ª Emissão	01/11/2020	50.174	(41.180)
Debêntures - 5ª Emissão	23/05/2021	140.315	(84.543)
Debêntures - 6ª Emissão - Série Sênior	16/11/2021	163.524	(68.669)
Debêntures - 6ª Emissão - Série Subordinada	16/11/2021	73.125	(9.242)
Debêntures - 7ª Emissão - Série Sênior (i)	10/10/2022	142.597	-
Debêntures - 7ª Emissão - Série Mezanino (i)	10/10/2022	47.837	-
Debêntures - 7ª Emissão - Série Subordinada (i)	10/10/2022	47.837	-
		<b>728.990</b>	<b>(267.033)</b>

(i) Os repagamentos das Debêntures da 7ª Emissão ainda se encontram em período de carência até a data do presente exercício.

Os recursos obtidos com as debêntures foram utilizados para a aquisição de CCBs no montante total de R\$ 614.583 mil.

	<b>Em R\$ mil</b> <b>CCBs adquiridas</b>
CCBs - 1ª Emissão	16.753
CCBs - 2ª Emissão	18.438
CCBs - 3ª Emissão	31.527
CCBs - 4ª Emissão	52.235
CCBs - 5ª Emissão	151.369
CCBs - 6ª Emissão	245.966
CCBs - 7ª Emissão (em período de alocação)	98.295
	<b>614.583</b>

### **3. Auditores e serviços de não auditoria**

Finalmente, para os fins da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 (“ICVM 381”), a Administração da Companhia informa que durante o exercício de 2018, a KPMG Corporate Finance Ltda., Parte Relacionada da KPMG Auditores Independentes, assim definidas nos termos da ICVM 381, prestou serviços diferentes dos de auditoria externa e revisão das demonstrações financeiras, no valor total de R\$ 70 mil, correspondente a 35% do total relativo aos serviços de auditoria externa.

Estes serviços foram executados para análise da carteira de Recebíveis, com o propósito de: (i) compilar informações relacionadas às características demográficas dos Recebíveis (ticket médio, volume de originação mensal, prazo médio de vencimento, entre outros); (ii) compilar informações sobre a performance de pagamento dos clientes (volume de recursos recebidos em dia, liquidados com atraso, não liquidados etc.) e respectivas diluições do fluxo de recebimento. Este trabalho não representou uma auditoria conforme as normas geralmente aceitas de auditoria ou de qualquer outra forma.

\*\*\*\*\*



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas e aos Administradores da  
Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



## **Redução ao valor recuperável dos empréstimos e recebíveis**

### **Descrição**

Conforme descrito nas notas explicativas nº 6 c e 9, para fins da determinação da perda por redução ao valor recuperável dos empréstimos e recebíveis, a Companhia classifica as operações de Cédulas de Crédito Bancário (“CCBs”) em três estágios. A classificação das operações de CCBs em estágios de risco envolve julgamentos da Companhia baseados em sua metodologia interna de classificação de risco, a qual é desenvolvida por meio de estudos internos, que envolvem histórico de pagamentos, prazo de vencimento por contrato e percentual de recuperação da carteira. Devido à relevância dos empréstimos e recebíveis e ao alto grau de julgamento envolvido na determinação da perda por redução ao valor recuperável e ao impacto que eventuais alterações nas premissas utilizadas em sua determinação poderia ter nas demonstrações financeiras, consideramos este assunto como relevante para a nossa auditoria.

### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Avaliamos o desenho dos controles internos chave relacionados à elaboração do estudo para determinação da perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis e ao processo de apuração desta estimativa. Avaliamos a razoabilidade das premissas da Companhia usadas para determinar a perda por redução ao valor recuperável comparando com os dados históricos dos empréstimos e recebíveis, tais como histórico de pagamentos, prazo de vencimento por contrato e percentual de recuperação da carteira. Efetuamos ainda o recálculo da perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis tendo por base as premissas determinadas pela Companhia para a classificação dos estágios de risco e comparamos a razoabilidade das estimativas realizadas em exercícios anteriores com as perdas efetivas reconhecidas nos períodos subsequentes. Avaliamos também a razoabilidade das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, principalmente em relação à descrição dos níveis de risco de crédito.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis, no tocante à sua recuperabilidade, o saldo de empréstimos e recebíveis, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.





- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP014428/O-6

Carlos Massao Takauthi  
Contador CRC 1SP206103/O-4

## Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	31/12/2018	31/12/2017	Passivos	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativos</b>				<b>Passivos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	167.328	75.954	Fornecedores e outras contas a pagar		189	721
Empréstimos e recebíveis	9	252.372	103.869	Debêntures	10	242.014	113.749
Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis	9	(185.259)	(55.619)	Impostos a recolher		112	36
Outros ativos		<u>213</u>	<u>369</u>	Total do passivo circulante		<u>242.315</u>	<u>114.506</u>
Total do ativo circulante		<u>234.654</u>	<u>124.573</u>	Debêntures	10	179.803	131.967
Empréstimos e recebíveis	9	187.498	121.934	Total do passivo não circulante		<u>179.803</u>	<u>131.967</u>
Total do ativo não circulante		<u>187.498</u>	<u>121.934</u>	<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	11	300	300
				Prejuízos acumulados	11	<u>(266)</u>	<u>(266)</u>
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>34</u>	<u>34</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>422.152</u></u>	<u><u>246.507</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>422.152</u></u>	<u><u>246.507</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita Operacional	15	100.783	40.516
<b>Lucro bruto</b>		<u>100.783</u>	<u>40.516</u>
Despesas gerais e administrativas	16	(4.700)	(1.805)
Recuperação de despesas	16	1.087	321
Provisão para redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis	16	(129.640)	(37.227)
Provisão de remuneração dos debenturistas	16	129.640	37.227
<b>Resultado antes das receitas financeiras líquidas</b>		<u>97.170</u>	<u>39.032</u>
Receitas financeiras	17	4.745	1.366
Despesas financeiras	17	(101.915)	(40.398)
<b>Receitas financeiras líquidas</b>		<u>(97.170)</u>	<u>(39.032)</u>
<b>Resultado do exercício</b>		<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado por ação</b>			
Resultado por ação - básico (em R\$)		-	-
Resultado por ação - diluído (em R\$)		-	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

## Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

*(Em milhares de Reais)*

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Resultado do exercício</b>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

## Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

*(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2017	<u>300</u>	<u>(266)</u>	<u>34</u>
Resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>300</u>	<u>(266)</u>	<u>34</u>
Resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>300</u>	<u>(266)</u>	<u>34</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Resultado do exercício</b>	<u>-</u>	<u>-</u>
Ajustes de		
Prêmio das debêntures	100.783	40.516
Provisão para redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis	129.640	37.227
Provisão para perda no prêmio de debêntures	(129.640)	(37.227)
Variação no capital circulante:		
(Aumento) em empréstimos e recebíveis	(221.044)	(172.676)
(Aumento) redução em outros ativos	156	(68)
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	(532)	657
Aumento (redução) em impostos a recolher	76	27
<b>Caixa utilizado nas atividades operacionais</b>	<u><b>(120.561)</b></u>	<u><b>(131.544)</b></u>
Prêmio sobre as debêntures pagos	(24.686)	(4.097)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais</b>	<u><b>(145.247)</b></u>	<u><b>(135.641)</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recursos provenientes da emissão de debêntures	405.021	254.750
Pagamento de principal de debêntures	(168.400)	(54.963)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<u><b>236.621</b></u>	<u><b>199.787</b></u>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>91.374</b></u>	<u><b>64.146</b></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	75.954	11.808
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	167.328	75.954

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

## Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

*(Em milhares de Reais)*

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas		
Receita Operacional	100.783	40.516
Resultado de perda de crédito esperada	-	-
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços prestados de terceiros	(1.023)	(230)
Outras despesas operacionais	(2.590)	(1.254)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	97.170	39.032
Valor adicionado recebido em transferência		
Receita financeira	4.745	1.366
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>101.915</b>	<b>40.398</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>101.915</b>	<b>40.398</b>
Despesas financeiras	(101.915)	(40.398)
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>(101.915)</b>	<b>(40.398)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., “Companhia”, foi constituída em 7 de julho de 2015. A Companhia é constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil com sua sede social localizada na Rua Inácio Pereira da Rocha, 514, Pinheiros, São Paulo, Capital.

Em 17 de setembro de 2018 foi deferido o registro de emissor de que trata a Instrução CVM nº 480/09, na categoria B.

A Companhia atua na aquisição e securitização de créditos financeiros, emissão e colocação, privada ou nos mercados financeiro e de capitais, de títulos de crédito e/ou valores mobiliários compatíveis com suas atividades, no segmento operacional de crédito pessoal; realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos financeiros e emissões de títulos lastreados em tais créditos.

Os contratos de prestação de serviços relativos à avaliação, cobrança e renegociação dos créditos representados pela Cédulas de Crédito Bancário (CCB) são executados pela Geru Tecnologia e Serviços S.A. (“Geru Tecnologia”), parte relacionada da Companhia. A Geru Tecnologia é subsidiária integral da Geru Holding Limited, controladora da Companhia, sediada em Londres, Reino Unido.

### **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi autorizada pela Diretoria em 29 de março de 2019.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 6.

### **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia, como provisão para perda na carteira de empréstimos e recebíveis, provisão para perda no prêmio das debêntures e provisão para contingências. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.



## **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório.

O custo histórico, geralmente, é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração nestas informações contábeis é determinado nessa base.

## **6 Pronunciamentos contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2018**

### **a. Transição para o CPC 48 (Instrumentos Financeiros)**

As principais mudanças identificadas em virtude da adoção do CPC 48 (Instrumentos Financeiros) estão relacionadas à classificação, mensuração e redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A Companhia aplicou, prospectivamente, os critérios aplicáveis ao CPC 48 (Instrumentos Financeiros) a partir de 1º de janeiro de 2018. Os efeitos estão apresentados nestas demonstrações financeiras, proporcionando maior clareza das informações.

Não houve impactos no montante de patrimônio líquido (prejuízos acumulados), uma vez que a Companhia aplicava em suas políticas contábeis o modelo de perdas esperadas, no qual considerava premissas para eventos passados e condições atuais.

### **b. Classificação e mensuração dos ativos financeiros**

A Companhia realizou uma análise de seus modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, e as principais alterações decorrentes da adoção do CPC 48 (Instrumentos Financeiros) são:

- As categorias de classificação de ativos financeiros Mantidos até o Vencimento, Disponíveis para Venda, Mantidos para Negociação e Empréstimos e Recebíveis deixaram de existir.
- Foram introduzidas três categorias de mensuração de ativos financeiros:
  - Custo Amortizado: categoria utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. A totalidade dos ativos financeiros classificados anteriormente em Empréstimos e Recebíveis foi contabilizada nesta categoria.
  - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: não houve classificação de ativos nessa categoria.
  - Valor Justo por meio do Resultado: categoria utilizada para ativos financeiros que não atendem aos critérios descritos acima. Caixa e Equivalentes de Caixa foram classificados nesta categoria.

- As designações existentes de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado foram mantidas e não houve novas designações.
- A Companhia manteve a classificação dos passivos financeiros inalterada, os quais permanecem mensurados ao custo amortizado.

**c. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

Redução ao valor recuperável: Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil da Companhia para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo:

O modelo de perda de crédito esperada inclui uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses, aplicados para ativos financeiros sem problemas de recuperação de crédito;
- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do ativo financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente; e
- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1. A Companhia não reavalia os tomadores com base no seu histórico de crédito após a aquisição das CCBs assim, não há mudança no “rating” dos tomadores.

A Companhia avalia a alteração no risco de inadimplência através da observação do comportamento destes tomadores ao longo do período sob análise, comparando as mudanças nas faixas de atraso com as respectivas probabilidades de perda por “rating”, considerando estas informações como razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, como indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Os percentuais estão definidos, conforme tabela abaixo e detalhes estão apresentados nota explicativa 9:

	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>Estágios</b>
0 - 15 days	7.6%	10.6%	14.5%	20.7%	22.1%	Estágio 1
16 - 30 days	31.5%	32.8%	38.8%	45.8%	46.7%	Estágio 2
31 - 60 days	51.8%	48.4%	54.5%	59.4%	59.9%	Estágio 2
61 - 90 days	70.6%	67.6%	73.5%	74.7%	75.6%	Estágio 2
91 - 120 days	79.1%	76.6%	81.2%	82.4%	82.0%	Estágio 3
121 - 180 days	87.2%	82.4%	85.9%	87.8%	88.7%	Estágio 3
181 - 360 days	97.2%	96.5%	96.3%	95.7%	97.1%	Estágio 3
360 days	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	Estágio 3

## 7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante todo o período apresentado nestas demonstrações financeiras.

### (i) Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, contas bancárias e investimentos financeiros de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original igual ou inferior a três meses e que são prontamente convertidos em um montante conhecido de caixa e sujeito a um risco insignificante de alteração no valor justo.

### (ii) Receita de juros

A receita de juros é calculada utilizando-se o método de juros efetivos, aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que não são comprados com problemas de recuperação de crédito, mas que, posteriormente, se tornaram ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito (“não performados”).

A Companhia classifica uma operação de crédito como “não performado” se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atrasos de 90 ou mais. Neste caso, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

Os empréstimos e recebíveis, constituídos por Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), são adquiridos pela Companhia em caráter definitivo, irrevogável e irretroatável, sem coobrigação do cedente ou qualquer mecanismo de recompra dos créditos inadimplidos.

A aquisição de tais empréstimos e recebíveis ocorreu durante o período. O prazo de recuperação dos créditos é de 12 a 36 meses, a partir do mês de aquisição das CCBs e a taxa de retorno esperada não deve ser considerada como garantia de rentabilidade da carteira.

### (iii) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável anual para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período.

### (iv) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou mantido ao valor justo.

**a. Classificação e mensuração dos ativos financeiros**

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros depende do modelo de negócio no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa.

- Custo amortizado: O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada. Estão classificados nesta categoria os Empréstimos e Recebíveis.
- Valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Estão classificados nesta categoria os Caixas e Equivalentes de Caixa.

**b. Classificação e mensuração dos passivos financeiros**

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou mantidos ao valor justo. Os seguintes passivos financeiros são classificados como custo amortizado: Fornecedores e Debêntures.

**(v) Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Os passivos contingentes registrados como provisões e os divulgados como possíveis são quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

As contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e classificadas como:

- Prováveis: para as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial na rubrica Provisões.
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis consolidadas, não sendo nenhuma provisão registrada.
- Remotas: as quais não requerem provisão nem divulgação.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia figura como parte em processos judiciais com probabilidade de perda classificada como possível no valor de R\$ 10. (R\$nil em 2017).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não há outros processos judiciais em que a Companhia figure como parte, portanto não foi constituída provisão para riscos.

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Bancos conta-corrente	600	590
Aplicações financeiras - CDB	166.728	75.364
<b>Total</b>	<b>167.328</b>	<b>75.364</b>

Os CDBs e as aplicações financeiras compromissadas são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Estas aplicações financeiras são mensuradas inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Pelas características das aplicações, seus valores contabilizados não diferem dos valores de mercado. A remuneração média das aplicações financeiras foi equivalente a 99% (98% em 31 de dezembro de 2017) do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CADI).

## 9 Empréstimos e recebíveis

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Cédulas de crédito bancário - CCBs	439.870	225.803
Redução ao valor recuperável	(185.259)	(55.619)
<b>Total</b>	<b>254.610</b>	<b>170.184</b>
Circulante	67.112	48.250
Não circulante	187.498	121.934
<b>Total</b>	<b>254.610</b>	<b>170.184</b>

### a. Movimentação dos empréstimos e recebíveis

	Saldo em 31/12/2017	Aquisição de CCBs	Juros e encargos	(Provisão) / Reversão ao valor recuperável	Amortização		Saldo em 31/12/2018
					Principal	Juros e encargos	
CCBs - 1ª Emissão	794	-	478	(98)	(513)	(650)	11
CCBs - 2ª Emissão	2.898	-	869	70	(2.428)	(1.059)	350
CCBs - 3ª Emissão	9.471	-	2.561	(757)	(6.479)	(2.956)	1.840
CCBs - 4ª Emissão	29.216	-	6.820	(5.808)	(13.857)	(9.539)	6.832
CCBs - 5ª Emissão	123.227	-	32.401	(43.037)	(45.962)	(32.461)	34.168
CCBs - 6ª Emissão	4.578	241.445	52.060	(70.853)	(55.633)	(46.231)	125.366
CCBs - 7ª Emissão (i)	-	98.295	5.593	(9.157)	(4.693)	(3.995)	86.043
<b>Total</b>	<b>170.184</b>	<b>339.740</b>	<b>100.782</b>	<b>(129.640)</b>	<b>(129.565)</b>	<b>(96.891)</b>	<b>254.610</b>

	Saldo em 31/12/2016	Aquisição de CCBs	Juros e encargos	(Provisão) ao valor recuperável	Amortização		Saldo em 31/12/2017
					Principal	Juros e encargos	
CCBs - 1ª Emissão	7.049	-	841	(1.626)	(3.140)	(2.330)	794
CCBs - 2ª Emissão	9.730	-	2.593	(544)	(6.176)	(2.705)	2.898
CCBs - 3ª Emissão	17.956	4.358	7.004	(1.675)	(11.581)	(6.591)	9.471
CCBs - 4ª Emissão	-	52.235	14.315	(13.863)	(13.428)	(10.043)	29.216

CCBs - 5ª Emissão	-	151.369	15.923	(19.516)	(12.899)	(11.650)	123.227
CCBs - 6ª Emissão	-	4.522	70	(3)	(7)	(4)	4.578
<b>Total</b>		<b>34.735</b>	<b>212.484</b>	<b>40.746</b>	<b>(37.227)</b>	<b>(47.231)</b>	<b>170.184</b>

A carteira de empréstimos e recebíveis é composta por CCBs sem garantias remuneradas a juros prefixados com taxas que variam entre 2,00% e 5,00% ao mês. As CCBs estão vinculadas às emissões de debêntures (vide Nota Explicativa nº 10) e eventuais inadimplimentos ou perdas efetivas são repassadas em sua totalidade às respectivas debêntures.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia constituiu R\$ 137.386 (R\$ 38.087 em 31 de dezembro de 2017), recuperou e, conseqüentemente, reverteu provisões para perda no montante de R\$ 7.746 (R\$ 860 em 31 de dezembro de 2017). Não houve baixa para prejuízos de operações com empréstimos e financiamentos.

**(i) CCBs - 7ª Emissão**

Em 31 de dezembro de 2018, as CCBs relativas à 7ª Emissão de Debêntures encontram-se em período de alocação, conforme descrito na Nota Explicativa nº 10. Durante esse período, todos os pagamentos de principal, juros e encargos são reempréstados dentro da própria emissão.

**b. Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis por estágio**

	31/12/2018	31/12/2017
Redução ao valor recuperável - CCBs - 1ª Emissão – Estágio 1	(166)	(38)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 1ª Emissão – Estágio 2	(179)	(50)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 1ª Emissão – Estágio 3	(7.228)	(7.387)
<b>Total redução ao valor recuperável – 1ª emissão</b>	<b>(7.573)</b>	<b>(7.475)</b>
Redução ao valor recuperável - CCBs - 2ª Emissão – Estágio 1	(1.053)	(1.497)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 2ª Emissão – Estágio 2	(150)	(412)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 2ª Emissão – Estágio 3	(4.312)	(3.677)
<b>Total redução ao valor recuperável – 2ª emissão</b>	<b>(5.515)</b>	<b>(5.586)</b>
Redução ao valor recuperável - CCBs - 3ª Emissão – Estágio 1	(2.972)	(4.021)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 3ª Emissão – Estágio 2	(440)	(995)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 3ª Emissão – Estágio 3	(6.521)	(4.160)
<b>Total redução ao valor recuperável – 3ª emissão</b>	<b>(9.933)</b>	<b>(9.176)</b>
Redução ao valor recuperável - CCBs - 4ª Emissão – Estágio 1	(7.392)	(8.473)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 4ª Emissão – Estágio 2	(1.625)	(1.940)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 4ª Emissão – Estágio 3	(10.654)	(3.450)
<b>Total redução ao valor recuperável – 4ª emissão</b>	<b>(19.671)</b>	<b>(13.863)</b>
Redução ao valor recuperável - CCBs - 5ª Emissão – Estágio 1	(27.916)	(18.500)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 5ª Emissão – Estágio 2	(5.276)	(860)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 5ª Emissão – Estágio 3	(29.361)	(156)
<b>Total redução ao valor recuperável – 5ª emissão</b>	<b>(62.553)</b>	<b>(19.516)</b>
Redução ao valor recuperável - CCBs - 6ª Emissão – Estágio 1	(39.338)	(3)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 6ª Emissão – Estágio 2	(7.196)	-
Redução ao valor recuperável - CCBs - 6ª Emissão – Estágio 3	(24.322)	-
<b>Total redução ao valor recuperável – 6ª emissão</b>	<b>(70.856)</b>	<b>(3)</b>
Redução ao valor recuperável - CCBs - 7ª Emissão – Estágio 1	(8.648)	-
Redução ao valor recuperável - CCBs - 7ª Emissão – Estágio 2	(510)	-
Redução ao valor recuperável - CCBs - 7ª Emissão – Estágio 3	-	-
<b>Total redução ao valor recuperável – 7ª emissão</b>	<b>(9.158)</b>	<b>-</b>
Total redução ao valor recuperável – Estágio 1	(87.485)	(32.532)
Total redução ao valor recuperável – Estágio 2	(15.376)	(4.257)
Total redução ao valor recuperável – Estágio 3	(82.398)	(18.830)
<b>Total redução ao valor recuperável</b>	<b>(185.259)</b>	<b>(55.619)</b>

## 10 Debêntures

	31/12/2018	31/12/2017
Debêntures - 1ª Emissão (a)	427	1.220
Debêntures - 2ª Emissão (a)	818	3.471
Debêntures - 3ª Emissão (b)	3.274	10.643
Debêntures - 4ª Emissão (b)	8.329	31.570
Debêntures - 5ª Emissão (b)	41.557	130.437
Debêntures - 6ª Emissão - Série Sênior (c)	112.759	48.542
Debêntures - 6ª Emissão - Série Subordinada (c)	21.812	19.833
Debêntures - 7ª Emissão - Série Sênior (e)	145.063	-
Debêntures - 7ª Emissão - Série Mezanino (f)	49.401	-
Debêntures - 7ª Emissão - Série Subordinada (g)	38.377	-
	<hr/>	<hr/>
Circulante	242.014	113.749
Não circulante	179.803	131.967
	<hr/>	<hr/>
<b>Total</b>	<b>421.817</b>	<b>245.716</b>

Os recursos obtidos por meio das emissões de debêntures foram destinados à aquisição de CCBs. As carteiras de recebíveis são segregadas fiduciariamente.

Na hipótese de não realização dos créditos decorrentes das CCBs até a data de vencimento ou até a data de pagamento das debêntures, poderá ocorrer, de acordo com os termos do inciso I do parágrafo único do art. 5º, da Resolução CMN nº 2.686, a critério da Companhia e em benefício desta, a dação em pagamento aos debenturistas, de pleno direito e sem direito de regresso contra a Companhia, no limite e na proporção dos seus créditos, das CCBs não realizadas nos respectivos vencimentos.

### a. Características da 7ª Emissão de Debêntures

Em 24 de agosto de 2018 foi emitida a 7ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em três séries, sendo duas da espécie com garantia real e uma da espécie quirografária com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09.

O valor total será de até R\$ 300.000, com a emissão de 300.000 debêntures, sendo 180.000 integrantes da Série Sênior, 60.000 da Série Mezanino e 60.000 da Série Subordinada, com vencimento em 10 de outubro de 2022. Em 31 de dezembro de 2018, foram integralizadas, em duas tranches, o montante de R\$ 150.701.

Durante o período de alocação prioritária de recursos, não haverá pagamento aos debenturistas, e os pagamentos serão feitos mensalmente (principal e juros) respeitando a Ordem de Alocação de Recursos e o regime de amortização, conforme critérios destacados abaixo:

- A amortização *pro rata* ou sequencial a ser escolhidas em função da ocorrência de Eventos de Desalavancagem e Realavancagem.
- Independentemente do regime de amortização, durante os 4 primeiros pagamentos após o término do período de alocação, os recursos disponíveis serão utilizados para pagar apenas os debenturistas da primeira série.

**b. Características das debêntures**

- (i) As debêntures da 1ª e 2ª Emissão assegurarão aos debenturistas um prêmio de reembolso correspondente ao montante líquido recebido pela Companhia a título de pagamento das CCBs vinculadas à emissão e existentes na carteira da Companhia na data do respectivo pagamento (“Prêmio”), descontados os valores pagos pela Companhia a título de amortização extraordinária obrigatória, calculada desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, que será paga ao final de cada período de apuração. O pagamento do prêmio condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.
- (ii) As debêntures da 3ª à 5ª Emissão assegurarão aos debenturistas, após a amortização extraordinária de 98% do saldo principal, um prêmio de reembolso correspondente ao montante líquido recebido pela Companhia a título de pagamento das CCBs vinculadas à emissão e existentes na carteira da Companhia na data do respectivo pagamento (“Prêmio”) descontados os valores pagos pela Companhia a título de amortização extraordinária obrigatória, calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será paga ao final de cada período de apuração. O pagamento do prêmio condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.
- (iii) As debêntures da 6ª Emissão - Série Sênior assegurarão aos debenturistas, após o período de alocação prioritária de recursos, juros remuneratórios equivalentes a 175% e Depósitos Interfinanceiros (DI), calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será paga ao final de cada período de apuração. O pagamento dos juros remuneratórios condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.
- (iv) As debêntures da 6ª Emissão - Série Subordinada assegurarão aos debenturistas, após a amortização extraordinária de 98% do saldo principal, um prêmio de reembolso correspondente ao montante líquido recebido pela Companhia a título de pagamento das CCBs vinculadas à emissão e existentes na carteira da Companhia na data do respectivo pagamento (“Prêmio”) descontados os valores pagos pela Companhia a título de amortização extraordinária obrigatória, e juros remuneratórios e amortização de principal da Série Sênior, calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será paga ao final de cada período de apuração. O pagamento do prêmio condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia e a amortização e remuneração da Série Sênior.
- (v) As debêntures da 7ª Emissão - Série Sênior assegurarão aos debenturistas, juros remuneratórios equivalentes à CDI + spread de 4,25% a.a., calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será paga ao final de cada período de apuração, após o período de alocação prioritária de recursos, ou seja, após o período entre a data da primeira integralização da Série Sênior até a data do seu efetivo pagamento, sendo esse período composto em até 12 meses ou até a alocação dos recursos. O pagamento dos juros remuneratórios condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.
- (vi) As Debêntures da 7ª Emissão - Série Mezanino assegurarão aos debenturistas, após o período de alocação prioritária de recursos, juros remuneratórios de 18% a.a., a ser paga mensalmente, calculado desde a data da primeira integralização da Série Mezanino até a data do seu efetivo pagamento, sendo esse período composto em até 12 meses ou até a alocação dos recursos. O pagamento dos juros remuneratórios condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.



- (vii) As Debêntures da 7ª Emissão - Série Subordinada assegurarão aos debenturistas juros remuneratórios de 18% a.a. calculados apenas durante o período de alocação prioritária de recursos, ou seja, após o período entre data da primeira integralização da Série Subordinada até a data do seu efetivo pagamento, sendo esse período composta em até 12 meses ou até a alocação dos recursos. Adicionalmente, após a amortização extraordinária de 98% do saldo principal, um prêmio de reembolso correspondente ao montante líquido recebido pela Companhia a título de pagamento das CCBs vinculadas à emissão e existentes na carteira da Companhia na data do respectivo pagamento (“Prêmio”) descontados os valores pagos pela Companhia a título de amortização extraordinária obrigatória, e juros remuneratórios e amortização de principal da Série Sênior e Mezanino, calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será paga ao final de cada período de apuração. O pagamento do prêmio condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia e a amortização e remuneração da Série Sênior e Mezanino.

**c. Vencimento das debêntures**

A perspectiva de pagamentos das debêntures são conforme segue:

	Série	Vencimento	2018	2019	2020	2021	Total
Debêntures - 1ª Emissão	Única	07/07/2019	427	-	-	-	427
Debêntures - 2ª Emissão	Única	07/12/2019	818	-	-	-	818
Debêntures - 3ª Emissão	Única	04/07/2020	3.227	47	-	-	3.274
Debêntures - 4ª Emissão	Única	01/11/2020	6.800	1.529	-	-	8.329
Debêntures - 5ª Emissão	Única	23/05/2021	29.219	12.328	10	-	41.557
Debêntures - 6ª Emissão	Sênior	16/11/2021	63.092	40.029	9.638	-	112.759
Debêntures - 6ª Emissão	Subordinada	16/11/2021	12.205	7.743	1.864	-	21.812
Debêntures - 7ª Emissão	Sênior	10/10/2022	66.777	56.355	21.874	57	145.063
Debêntures - 7ª Emissão	Mezanino	10/10/2022	22.741	19.192	7.449	19	49.401
Debêntures - 7ª Emissão	Subordinada	10/10/2022	17.666	14.909	5.787	15	38.377
<b>Total</b>			<b>222.972</b>	<b>152.132</b>	<b>46.622</b>	<b>91</b>	<b>421.817</b>

**d. Cláusulas de vencimento antecipado**

Os debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da emissora, na ocorrência de eventos de inadimplemento, conforme estipulado na escritura. Da 1ª à 5ª Emissão não há exigência de manutenção de índices financeiros mínimos.

Os debenturistas da 6ª e 7ª Emissão, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da emissora, na ocorrência de eventos automáticos como:

- Criação de ônus ou gravames sobre os Direitos Creditórios Cedidos
- Descumprimento de obrigações pecuniárias, não sanado em três dias úteis
- Insolvência
- Cessaçã o de atividades empresariais
- Índices financeiros de cobertura abaixo de 1,00.

Em relação à 6ª Emissão, o Índice de Cobertura deverá ser calculado *pro forma* o pagamento das Debêntures: Saldo devedor das CCBs multiplicado pelo fator de ponderação de 70%, somado ao valor das disponibilidades e dividido pelo saldo das debêntures da primeira série. Em 31 de dezembro de 2018, o Índice de Cobertura era de 1,12.

Em relação à 7ª Emissão - Série Sênior, o Índice de Cobertura I deverá ser calculado *pro forma* o pagamento das Debêntures: Saldo devedor das CCBs multiplicado pelo fator de ponderação de 60%, somado ao valor das disponibilidades e dividido pelo saldo das debêntures da Série Sênior em circulação, calculados após o primeiro mês completo de alocação. Em 31 de dezembro de 2018, o Índice de Cobertura I era de 1.38.

Em relação à 7ª Emissão - Série Mezanino, o Índice de Cobertura II deverá ser calculado *pro forma* o pagamento das Debêntures: Saldo devedor das CCBs multiplicado pelo fator de ponderação de 80%, somado ao valor das disponibilidades e dividido pelo saldo das debêntures da Série Sênior somados às debêntures da Série Mezanino em circulação, calculados após o primeiro mês completo de alocação. Em 31 de dezembro de 2018, o Índice de Cobertura II era de 1.46.

**e. Cessão fiduciária em garantia**

A Companhia, de acordo com os contratos de cessão fiduciária da 6ª e 7ª Emissão de Debêntures, irrevogavelmente transfere para a totalidade dos Debenturistas da 6ª e 7ª Emissão de Debêntures, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta de todos os direitos da Companhia, presentes ou futuros, sobre (i) as CCB atuais e futuras, vinculadas e a serem vinculadas à 6ª e 7ª Emissão, (ii) os direitos creditórios decorrentes das contas bancárias de titularidade da Companhia, exclusivamente associadas à 6ª e 7ª Emissão, (iii) os ativos financeiros investidas com recursos disponibilizados nas contas exclusivas, assim como os direitos creditórios referentes a quaisquer valores devidos à Companhia em razão do investimento em tais ativos financeiros, inclusive enquanto estiverem em trânsito das contas exclusivas ou destinados a elas, decorrentes de vendas, amortizações ou resgates de tais ativos financeiros, e (iv) os direitos creditórios oriundos dos contratos de opções de juros celebrados exclusivamente para *hedge* das obrigações objeto da Emissão, contratados e que venham a ser contratados no âmbito da 6ª e 7ª Emissão.

A Cessão Fiduciária resulta na transferência fiduciária em garantia aos Debenturistas da 6ª e 7ª Emissão, e seus respectivos sucessores e eventuais cessionários da propriedade fiduciária, do domínio resolúvel e da posse indireta dos direitos dados em garantia, permanecendo a sua posse direta com a Companhia.

## **11 Capital social**

**a. Capital social e reservas de capital**

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social é composto por 300.000 (300.000 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal no montante de R\$ 300 (R\$ 300 em 31 de dezembro de 2017). Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

**b. Natureza e propósito da reserva**

***Reserva legal***

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

**c. Dividendos**

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 1% do resultado do período ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar são destacados do patrimônio líquido no encerramento do período e registrados como obrigação no passivo.

**12 Gerenciamento do capital**

A política da Companhia é manter um equilíbrio entre ativos e passivos para que tanto os riscos quanto os retornos e prazos sejam análogos na ponta ativa e passiva de suas transações, operando desalavancada de forma a não exigir uma base de capital substancial para manter a confiança do investidor.

**13 Instrumentos financeiros**

**a. Valor justo dos instrumentos financeiros**

Dada as características dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado, em que não há componentes de indexadores ou remuneração garantida, os saldos contábeis são equivalentes ao valor justo dos ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria na data do balanço.

**b. Gerenciamento dos riscos financeiros**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

**(i) Riscos de crédito**

Apesar de a Companhia não deter o risco de crédito, há risco de os ativos vinculados às debêntures incorrerem em perdas financeiras caso um tomador falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de empréstimos e recebíveis. Conforme estipulado nas escrituras de emissão das debêntures, a remuneração dos debenturistas é atrelada ao recebimento líquido das CCBs, dessa forma, o risco de crédito pelo inadimplemento das CCBs é compensado na remuneração do debenturista.

A exposição ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A avaliação de crédito é feita no momento da solicitação do crédito na plataforma da Geru Tecnologia que, analisa individualmente cada novo cliente, quanto à sua condição financeira antes de apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamentos.

A Companhia efetua renegociações de empréstimos em situação de atraso, objetivando a maximização do retorno da carteira para os debenturistas, em casos em que as renegociações se estendem por período superior ao esperado para a carteira de crédito da CCB renegociada, vencendo o período de vigência das Debêntures, há a dação em pagamento dos montantes em aberto aos debenturistas das respectivas emissões (vide Nota Explicativa nº 10).

A Companhia não exige garantias com relação aos “Empréstimos e recebíveis”.

***Caixa e equivalentes de caixa***

A Companhia detinha “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$ 167.328, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 75.954 em 31 de dezembro de 2017), mantidos com instituições financeiras de primeira linha.

**(ii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu “Caixa e equivalentes de caixa” e outros investimentos em um montante equivalente às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros de acordo com os cronogramas de desembolso de pagamento do principal e prêmios aos debenturistas. Tendo em vista que a remuneração dos debenturistas é atrelada ao recebimento líquido das CCBs, a Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do “Contas a receber de clientes” em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas às “Debêntures”.

**(iii) Risco de mercado (taxa de juros)**

A Companhia adota como política que sua exposição a taxa de juros seja com base em uma taxa de juros prefixada. Para isso, a Companhia adquire CCBs com taxa de juros fixa e transfere aos debenturistas o equivalente ao rendimento líquido dos empréstimos e recebíveis.

**(iv) Análise de sensibilidade**

Com a finalidade de verificar a sensibilidade das aplicações financeiras à taxa de juros média das respectivas remunerações, fator de risco de taxa de juros ao qual a Companhia possuía exposição ativa na data base 31 de dezembro de 2018, foram definidos 3 cenários diferentes com base em projeções divulgadas pela BM&FBOVESPA, em 28 de dezembro de 2018, para os próximos 12 meses de 7,13% a.a (cenário provável - I). A partir da variação das taxas prováveis em cenários de deterioração para o SELIC foram determinadas as variações 25% (cenário II) e 50% (cenário III) para menos, ou seja, recalculou-se as taxas anuais das aplicações financeiras, respectivamente com o DI a 5,35% a.a. 3,57% a.a.

Operação	Posição	Fator Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	166.728	DI	1.217	913	609

## 14 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Prejuízo do período</b>	-	-
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal - 34%	-	-
Provisão para perda na carteira	44.078	12.657
Provisão para remuneração dos debenturistas	(44.078)	(12.657)
<b>Total</b>	-	-

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia possui créditos sobre prejuízos fiscais não constituídos no montante de R\$ 90.

## 15 Receita operacional

	31/12/2018	31/12/2017
Receita Líquida	100.783	40.516
<b>Total de Receita Líquida</b>	<b>100.783</b>	<b>40.516</b>

## 16 Despesas por natureza

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas gerais e administrativas (i)	4.700	1.805
Recuperação de despesas (ii)	(1.087)	(321)
Provisão para perda nos recebíveis	(129.640)	(37.227)
Provisão para remuneração dos debenturistas	129.640	37.227
<b>Total de Despesa</b>	<b>3.613</b>	<b>1.484</b>

- (i) Refere-se substancialmente a despesas com prestadores de serviços como, contabilidade e auditoria, escrituradores, agentes fiduciários etc.

Refere-se a despesas incorridas na Geru Securitizadora para manutenção da estrutura administrativa que beneficiam a Geru Tecnologia através da geração de receitas de serviços.

## 17 Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receita de juros sobre:</b>		
Aplicações financeiras	4.745	1.366
<b>Despesas financeiras sobre:</b>		
Taxas e despesas bancárias (emissora)	(1.132)	(38)
Remuneração dos debenturistas	(100.783)	(40.360)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(97.170)</b>	<b>(39.032)</b>

## 18 Partes relacionadas

### a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração é feita pela Geru Tecnologia, empresa do mesmo Grupo. Em 31 de dezembro de 2018, a remuneração total dos diretores foi de R\$ 1.403 (R\$ 959 em 31 de dezembro de 2017). Não há remuneração para os Conselheiros.

### (i) Transações e saldos com partes relacionadas

As partes relacionadas são as pessoas que possuem influência significativa na gestão da Companhia.

### (ii) Contrato de prestação de serviços

Refere-se ao contrato de prestação de serviços relativos à avaliação, cobrança e renegociação dos créditos representados pelas CCBs, executados pela Geru Tecnologia, equivalente a 1% ou 3% dos recebimentos totais pagos pela Companhia e deduzidos do prêmio pago aos debenturistas. Em 31 de dezembro de 2018, o montante total pago foi de R\$ 5.969 (R\$ 1.504 em 31 de dezembro de 2017). Não há saldos a pagar nas respectivas datas de balanço.

**(iii) Recuperação de despesas**

A Companhia recupera as despesas de serviços profissionais e tarifas para manutenção da estrutura administrativa, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia foi reembolsada em R\$ 1.087 (R\$ 321 em 31 de dezembro de 2017). Em 31 de dezembro de 2018 há saldos a receber da Geru Tecnologia no valor de R\$ 30 (R\$ 369 em 31 de dezembro de 2017).

**(iv) Debêntures**

Em 31 de dezembro de 2018, da quantidade total de debêntures integralizadas R\$ 728.990 (R\$ 323.970 em 31 de dezembro de 2017), 12,44% são detidas por partes relacionadas em 31 de dezembro de 2018 e 26,1% em 31 de dezembro de 2017.

O total de despesas em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 12.536, correspondente aos 12,44% da quantidade total de debêntures integralizadas (R\$ 10.535 em 31 de dezembro de 2017, correspondente a 26,1%).

## **19 Eventos subsequentes**

- a) Em 18 de fevereiro de 2019, a companhia celebrou “Acordo Operacional e Outras Avenças” com a VERT Consultoria e Assessoria Financeira Ltda. (“VERT Consultoria”), que tem por objeto a administração dos negócios da Companhia, bem como a prestação de serviços de consultoria financeira relacionados a gestão, estruturação e administração de emissões, presentes e futuras, de debêntures da Companhia.
- b) Em 19 de fevereiro de 2019 Em linha com o disposto no “Acordo Operacional e Outras Avenças” celebrado entre a Companhia e a VERT Consultoria, a Companhia em Assembleia Geral Extraordinária também aprovou a alteração: (a) da denominação social da Companhia para a Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., bem como a transferência de sua sede para Rua Cardeal Arcoverde, 2.365, 7º andar, Pinheiros, CEP 05407-003, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e (b) dos cargos dos atuais membros para o Conselho de Administração, tendo sido nomeadas como membros do Conselho de Administração, as Sras. Martha de Sá Pessoa e Fernanda Oliveira Ribeiro Prado de Mello; e que na mesma data em Reunião de Conselho de Administração foi aprovada a alteração dos cargos dos atuais membros da Diretoria, tendo sido nomeadas, respectivamente, como Diretoria Presidente e Diretoria Sem Designação Específica e Relações com Investidores, as Sras. Vitoria de Sá e Martha de Sá Pessoa.
- c) Em 19 de fevereiro de 2019, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$1.500, mediante a emissão de 1.500 mil novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com o objetivo de reforçar o caixa da Companhia para despesas administrativas, não relacionadas às Emissões e Carteira de clientes.

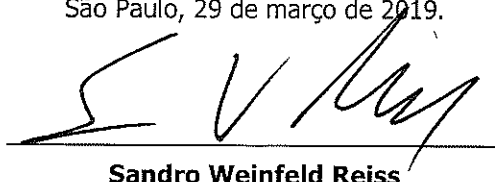
## **20 Outros assuntos**

A Companhia afirma que não operou instrumentos financeiros derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, bem como em períodos anteriores.

**DECLARAÇÃO**  
**PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480**

**SANDRO WEINFELD REISS**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade R.G. nº 26.556.380-X SSP/SP, inscrito no Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 220.154.728-94, com escritório profissional na Rua Inácio Pereira da Rocha, 514, Pinheiros, CEP 05432-011, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na qualidade de Diretor Presidente e de Relações com Investidores da **GERU SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.**, sociedade por ações, com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 24538, com sede na Rua Inácio Pereira da Rocha, 514, Pinheiros, CEP 05432-011, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº 21.976.484/0001-89 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, nos termos do inciso V e VI do artigo 25 da Instrução CVM 480.

São Paulo, 29 de março de 2019.

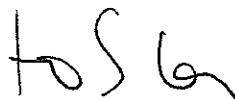


**Sandro Weinfeld Reiss**

**DECLARAÇÃO**  
**PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480**

**TOMÁS SILVEIRA CORRÊA**, brasileiro, casado, biólogo, portador da cédula de identidade R.G. nº 24.253.473-9 SSP/SP, inscrito no Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 171.439.818-85, com escritório profissional na Rua Inácio Pereira da Rocha, 514, Pinheiros, CEP 05432-011, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na qualidade de Diretor sem designação específica da **GERU SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.**, sociedade por ações, com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 24538, com sede na Rua Inácio Pereira da Rocha, 514, Pinheiros, CEP 05432-011, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº21.976.484/0001-89 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, nos termos do inciso V e VI do artigo 25 da Instrução CVM 480.

São Paulo, 29 de março de 2019.



---

**Tomás Silveira Corrêa**